

Petróleo é destaque no Estado

Informações sobre o impacto da indústria do petróleo no Estado estarão no caderno especial que circula no próximo domingo

O Estado se tornará o segundo maior produtor de petróleo do País, perdendo somente para o Rio de Janeiro, a partir de junho do próximo ano, quando o Espírito Santo começa a extrair 100 mil barris de petróleo por dia.

Atualmente o Espírito Santo ocupa a sexta posição no ranking nacional, com a produção de 38 mil barris por dia. Hoje, o maior produtor é o Rio de Janeiro, seguido por Rio Grande do Norte, Bahia, Amazonas, Sergipe e Espírito Santo.

Esta e outras informações do cenário do petróleo no Espírito Santo poderão ser conferidas no segundo caderno especial Economia do Espírito Santo, que será publicado no jornal **A Tribuna** no próximo domingo.

buna no próximo domingo.

O caderno irá mostrar o cenário da indústria do petróleo no Estado para os próximos cinco anos além dos investimentos, produção do óleo nos campos capixabas e a inclusão das empresas como fornecedoras das grandes indústrias.

Os leitores também terão a oportunidade de conhecer um pouco mais da trajetória da indústria do petróleo no Estado, tanto da extração do petróleo em terra quanto da retirada do óleo de águas profundas.

As importações e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), fruticultura, pólo siderúrgico, celulose, rochas ornamentais, café, confecções, calçados, móveis, pesca e energia serão os temas dos próximos cadernos especiais do jornal **A Tribuna**.

Ao todo serão publicados 12 cadernos especiais, sendo que o primeiro foi publicado no último dia 27 de fevereiro, com foco para o "Corredor de Exportação".

Os cadernos, que contam com o patrocínio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e Samarco Mineração, terão 12 páginas, sendo publicados quinzenalmente, sempre aos domingos.

cia do Fundap, que é pouco divulgado, mas é um projeto que gera importação e receita para o Estado".

Presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Estado do Espírito Santo (Sindiex), Severiano Imperial.

"Os cadernos são de extrema importância para toda a sociedade. Através deles a população pode conhecer os caminhos econômicos que o Estado está trilhando. É uma enorme possibilidade para que as pessoas possam se preparar para fazer parte da economia do Estado".

Secretário estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Julio Bueno.

"Os cadernos especiais são uma importante fonte de consulta e reflexão sobre os diversos arranjos produtivos locais e certamente contribuem para uma melhor avaliação dos obstáculos existentes em cada setor e as alternativas de correção de rumo. Parabéns **A Tribuna** por esta iniciativa".

Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Lucas Izoton.

CADERNOS

- 13 de março - Petróleo
- 27 de março - As importações e o Fundap
- 10 de abril - Fruticultura
- 24 de abril - Pólo Siderúrgico
- 08 de maio - A indústria da Celulose
- 22 de maio - Rochas Ornamentais
- 05 de junho - Café
- 19 de junho - Confecções e Calçados
- 03 de julho - Indústria Moveleira
- 17 de julho - Pesca
- 31 de julho - Energia

O QUE ELES DIZEM

"Os cadernos que estão sendo promovidos pelo jornal **A Tribuna** são de grande importância para a sociedade. Eles valorizam o trabalho de centenas de capixabas, além de proporcionar acesso à informação. O agronegócio é a principal atividade econômica para mais de 80% dos municípios do Estado".

Secretário estadual de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Ricardo Ferraco.

"Acho que esses cadernos são recheados de informações muito importantes para a população. Cadernos especiais como esses mostram claramente o volume que cada setor representa para o Estado, tanto no ponto de vista financeiro quanto na geração de emprego".

Diretor presidente da Rimo e presidente do Sindicato da Indústria Moveleira do Estado (Sindimol), Luiz Rigoni.

"A iniciativa é importantíssima para a sociedade. As informações veiculadas nos cadernos são indispensáveis. Diante dos temas dos cadernos temos a certeza de que eles estão divulgando o que é nosso como, por exemplo, a importan-



A Tribuna mostra os principais pontos da economia do Estado

Vila Velha cobra royalties

A Prefeitura Municipal de Vila Velha entrou com ação na Justiça na última segunda-feira para receber do Estado a compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, os royalties. O débito, sem reajustes, chegaria a R\$32 milhões, segundo cálculos do prefeito de Vila Velha, Max Filho.

A briga foi parar na Justiça, pois o Estado entende que a Lei 7.990/89, que prevê o pagamento dos royalties, foi revogada pela Lei do Petróleo 9478/97 e que por isto, não tinha obrigação de efetuar o pagamento da compensação.

O município pede que o juiz conceda uma liminar para que Vila Velha passe a receber o repasse daqui por diante enquanto a Justiça calcula os débitos anteriores.

"Acredito que a liminar seja decidida ainda esta semana. Tenho certeza da vitória, pois estamos reivindicando o cumprimento de uma lei que só não é observada no Espírito Santo", afirma Max Filho.

O prefeito calcula que o mu-

nicipio deveria receber R\$ 2 milhões de repasses atrasados, sem computar o reajuste. O repasse é medido conforme o índice de participação do município nas riquezas do Estado.

Conforme Max Filho, este ano o índice de Vila Velha é de 5,7%. Este seria o tamanho da fatia que caberia ao município dos royalties recebidos em 2005 pelo Estado.

No entender de Max Filho, as alegações do Estado de que a lei havia sido revogada não procedem. A Prefeitura de Vila Velha afirma que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) reconheceria que os municípios têm direito a 25% dessa participação.

Para definir a contradição, a Justiça vai julgar a ação ordinária da prefeitura. Caso a prefeitura ganhe a causa, o julgamento vai servir de incentivo para que os demais municípios, que têm direito ao repasse, entrem com ações semelhantes.

O governo do Estado deverá esperar a definição da Justiça para se manifestar ou recorrer da decisão.

ENTENDA O CASO

- O município de Vila Velha entende que tem direito a receber do Estado a compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural (royalties), conforme o artigo 7º da Lei nº 7.990/89.
- Os royalties são a compensação financeira pela exploração de petróleo, gás natural ou recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais em seu território.
- Este repasse, que representa 25% do que o Estado já recebeu, não havia sido pago desde 1994. O montante devido aos municípios chegaria a R\$ 32 milhões, sem reajustes.
- O Estado afirma que a Lei 7.990/89 foi revogada pela Lei do Petróleo nº 9478/97 e que por isto, não teria a obrigação de

efetuar o pagamento da compensação.

- Entretanto, a Prefeitura de Vila Velha afirma que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) repassa para os estados o percentual dos royalties, com base na Lei nº 7990/89 e reconheceria que os municípios têm direito a 25% dessa participação.
- Diante da controvérsia, a prefeitura optou por ajuizar uma ação na Justiça, solicitando o pagamento imediato dos débitos daqui para frente e o cálculo judicial da dívida pendente.
- Caso a Justiça julgue a causa procedente, o resultado pode beneficiar os demais municípios que estão na mesma situação, que poderão ingressar com ação na Justiça.

Fonte: PMVV